

Cláusula 3ª - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 4ª - O capital social totalmente subscrito, e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), divididos em 60.000 (sessenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

| Sócio | Quantidade de quotas | Valor R\$ |
|-------------------------------|----------------------|-----------|
| RODRIGO CESAR DA SILVA MOLINA | 30.000 | 30.000,00 |
| RAFAEL SOUZA DOS SANTOS | 30.000 | 30.000,00 |
| Total | 60.000 | 60.000,00 |

Parágrafo único - Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil, a responsabilidade de cada um dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

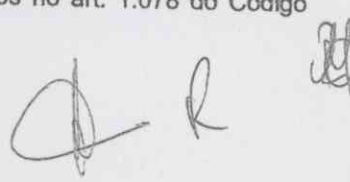
Cláusula 5ª - A administração da sociedade será exercida através dos sócios acima qualificados, independentemente da prestação de caução, de forma isolada ou em conjunto com todos.

Parágrafo primeiro - A representação da sociedade, em juízo ou fora dele, será exercida, isolada e privativamente, pelos sócios, observado o disposto nos parágrafos seguintes.

Parágrafo segundo - A sociedade, representada na forma do disposto no parágrafo anterior, poderá nomear procuradores, cujo mandato deverá ter prazo limitado, nunca superior a um ano, salvo no caso de procuração outorgada a advogados, para fins judiciais ou para processos administrativos, hipóteses em que o prazo poderá ser indeterminado.

CAPÍTULO IV DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula 6ª - Os sócios reunir-se-ão ordinariamente, ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício, para os fins previstos no art. 1.078 do Código



Civil; e extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de qualquer delas, com 5 (cinco) dias de antecedência, especificando o dia e hora da reunião, bem como a ordem do dia.

Cláusula 7ª - As deliberações sociais de toda e qualquer natureza ou efeito serão tomadas por maioria de votos, correspondendo um voto a cada quota, salvo quando a lei exigir quórum qualificado.

CAPÍTULO V DA LIQUIDAÇÃO

Cláusula 8ª - A sociedade não se dissolverá com a liquidação de qualquer dos sócios, prosseguindo com o outro e os sucessores do sócio liquidado. Não convindo a estes ingressar na sociedade, os respectivos haveres serão apurados e liquidados nos termos e na forma previstos na legislação aplicável.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Cláusula 9ª - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão levantadas as demonstrações financeiras, com base nas quais as sócias decidirão sobre o destino do resultado apurado.

Parágrafo único - A critério dos sócios, a Sociedade poderá levantar balanços intermediários, intercalares e/ou extraordinários para fins contábeis ou para distribuição de lucros.

Cláusula 10ª - Para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Mogi das Cruzes, com preterição de qualquer outro, ainda que privilegiado.

Cláusula 11ª - Este contrato regula-se pelo Código Civil, à luz do qual serão decididos os casos omissos, aplicando-se, subsidiariamente, a "Lei das sociedades anônimas".

Cláusula 12ª - Os sócios acima nomeados declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação,

